

## CORPO DELIBERATIVO

Presidente \_\_\_\_\_ Conselheiro Iran Coelho das Neves  
Vice-Presidente \_\_\_\_\_ Conselheiro Jerson Domingos  
Corregedor-Geral \_\_\_\_\_ Conselheiro Ronaldo Chadid  
Ouvidor \_\_\_\_\_ Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo  
Diretor da Escola Superior de Controle Externo \_\_\_\_\_ Conselheiro Waldir Neves Barbosa  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Flávio Esgaib Kayatt  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Marcio Campos Monteiro

## 1ª CÂMARA

Presidente \_\_\_\_\_ Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Osmar Domingues Jeronymo  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Jerson Domingos

## 2ª CÂMARA

Presidente \_\_\_\_\_ Conselheiro Marcio Campo Monteiro  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Waldir Neves Barbosa  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Ronaldo Chadid

## AUDITORIA

Coordenador da Auditoria \_\_\_\_\_ Auditora Patrícia Sarmiento dos Santos  
Subcoordenador da Auditoria \_\_\_\_\_ Auditor Célio Lima de Oliveira  
Auditor \_\_\_\_\_ Leandro Lobo Ribeiro Pimentel

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas \_\_\_\_\_ José Aêdo Camilo  
Procurador-Geral-Adjunto de Contas \_\_\_\_\_ João Antônio de Oliveira Martins Júnior

## SUMÁRIO

ATOS DE CONTROLE EXTERNO ..... 2  
DIRETORIA DAS SESSÕES DOS COLEGIADOS ..... 5

## LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS..... [Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012](#)  
Regimento Interno..... [Resolução nº 98/2018](#)

## ATOS DE CONTROLE EXTERNO

Juízo Singular

Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo

Decisão Liminar

## DECISÃO LIMINAR DLM - G.ODJ - 5/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/415/2022
PROTOCOLO	: 2148380
ÓRGÃO	: EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL
RESPONSÁVEL	: WALTER BENEDITO CARNEIRO JUNIOR
CARGO DO RESPONSÁVEL	: DIRETOR-PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 2/2022
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Trata-se de procedimento de controle prévio realizado pelo corpo técnico deste Tribunal, acerca do Edital de Licitação n. 2/2022 – Pregão Eletrônico (Processo Administrativo n. 01/295/2021/GETI/SANESUL), de responsabilidade da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL, cujo objeto é a seleção de proposta mais vantajosa, visando à contratação de empresa especializada para o serviço de *outsourcing* (locação, manutenção e gerenciamento) de *enclosure* para servidores, *storages*, *switches*, *appliances* de *backup*, comunicação *SD-WAN* e serviços correlatos.

A Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias, por meio da Análise ANA-DFLCP-46/2022 (peça 22), pontua a ausência de elementos no estudo técnico preliminar, insuficiência no termo de referência e exigências do edital de licitação que frustram o caráter competitivo da licitação.

**1. Estudo Técnico Preliminar Insuficiente –referência a outros instrumentos de planejamento**

Não consta no estudo técnico preliminar que a contratação pretendida está alinhada com o Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo 2021-2025 da SANESUL e a viabilidade para a Companhia ao efetivar futuramente um Plano Diretor de Tecnologia da Informação, conforme dispõe o art. 24, § 1º, inciso II, e art. 26, inciso II e alíneas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da SANESUL.

**2. Estudo Técnico Preliminar Insuficiente – ausência de requisitos da contratação.**

Verifica-se a ausência de identificação de soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes, etc.) que atendam aos requisitos constantes do estudo técnico preliminar, para que não haja restrição na participação de fornecedores interessados no certame, consoante o disposto no art. 24, §1º, inciso III, do RILC da SANESUL.

**3. Estudo Técnico Preliminar Insuficiente – Pesquisa de Mercado – Orçamento Global Prévio**

É necessário o aperfeiçoamento da pesquisa de preços no modelo orçamento global para a divisão em parcelas do objeto.

A divisão das parcelas do objeto facilita, para fins de julgamento da proposta e de gestão contratual, o cálculo do valor unitário de cada item que o compõe, como cálculos para medição, pagamento, fiscalização dos serviços e locação dos materiais, e também para fins de acréscimos contratuais.

Tal fato deve estar em conformidade com o previsto no art. 40 do RILC da SANESUL.

Deste modo, a partir dos orçamentos juntados aos autos, por não se encontrarem divididos em itens que compõem o objeto, não há como mensurar o valor da prestação dos serviços alocados para os itens 7 a 11 (para tais itens há previsão de locação de equipamentos com prestação de serviços), ou seja, não há como saber o custo do valor unitário dos tipos de serviços a serem realizados.

A adequação do objeto em itens que possam ser mensuráveis para fins de medição de pagamento e fiscalização é a melhor medida.

#### 4. Termo de Referência/Edital de Licitação – ausência de critérios para a medição e pagamento dos serviços.

O Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SANESUL em seu artigo 34, inciso VII, dispõe que os critérios de medição e de pagamento devem estar indicados no Termo de Referência.

Contudo, tais critérios não foram identificados no termo de referência do edital do Pregão Eletrônico n. 2/2022.

Ademais, como já mencionado, há aglutinação de prestação de serviços com as locações dos equipamentos de informática, não sendo possível quantificar, medir e pagar os serviços a serem realizados.

#### 5. Pesquisa de Preços incompleta - ausência de ampla pesquisa de preços.

A previsão de estimativa de valor do objeto da contratação encontra amparo no artigo 34, inciso X, e no artigo 40, todos do RILC da SANESUL.

No entanto, de acordo com o Subanexo X (f. 118) e dos documentos que lhes dão suporte (f. 107 a 117), todos do edital do Pregão Eletrônico n. 2/2022, verifica-se que a pesquisa de preços se baseou tão somente em pesquisas de preços junto a fornecedores, não sendo apresentado o valor referencial da sua contratação vigente e os preços praticados por outros entes.

O entendimento consolidado aponta para a necessidade de realização de ampla pesquisa de preços. Por ampla pesquisa, vale dizer, entende-se a diversificação de fontes de consulta, formando o que se convencionou chamar cesta de preços aceitáveis.

Sobre a necessidade de se ampliar as fontes de pesquisa, essa Corte de Contas já se manifestou através do Parecer C 14/2015, formulado nos autos TC/18553/2013, de Relatoria do Excelentíssimo Cons. Jerson Domingos. Vejamos:

(...) A cotação de preços pode ser feita validamente por e-mail, lojas on-line ou mesmo outros meios similares, alertando apenas para a **necessidade de ampla variedade de meios de pesquisa, não sendo possível ater-se a uma única linha de pesquisa** e para a formação da média de preços praticada no mercado deve haver nos autos, comprovadamente, no mínimo, três cotações válidas. *(grifou-se)*

Entretanto, não obstante ao entendimento firmado, a SANESUL realizou consulta apenas com três fornecedores para a fixação do preço estimado, deixando de buscar outras fontes que pudessem enriquecer a pesquisa e possibilitar que as médias estimadas se aproximassem o máximo possível dos preços reais de mercado.

#### 6. Termo de Referência/Edital de Licitação – ausência de memórias de cálculo da estimativa de preços apresentada.

O Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SANESUL em seu artigo 40, inciso I, assim dispõe:

Art. 40 A estimativa do valor do objeto da contratação no caso de aquisições ou de contratação de serviços que não sejam de engenharia será realizada a partir dos seguintes critérios:  
I – por meio da **elaboração de planilha de custos e formação de preços pela Equipe de Planejamento da Contratação**, quando a formação do preço for o resultado da composição de custos que incidem sobre a execução contratual e **o objeto pretendido permitir o seu detalhamento**; *(grifou-se)*

Assim, considerando que há para os itens 7 a 11 a previsão de locação de equipamentos com prestação de serviços, não foi apresentado o detalhamento dos valores que compõem o preço total orçado para cada um desses itens, conforme estabelecido no artigo 40, inciso I, do RILC da SANESUL.

#### 7. Edital de Licitação – exigência restritiva de documento de habilitação relativo à qualificação técnica.

O documento de folhas 390 - Anexo II – relaciona os documentos necessários para a habilitação, no entanto o item III, letra b, do referido documento, que trata da documentação relativa à qualificação técnica, assim estabelece:

b) Certidão de inscrição da empresa licitante e do(s) responsável(eis) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). **E deve possuir como responsável técnico da empresa pelo menos 01 (um) Engenheiro Eletricista**, ou Técnico em Telecomunicação ou Tecnólogo em Rede de Computadores. No caso de certidão emitida por outra Unidade da Federação, deverá ser apresentada com o visto do CREA-MS, **por ocasião da contratação**. *(grifou-se)*

O referido item deve estar alocado na relação de documentos a serem apresentados no momento da assinatura do instrumento contratual, e não na relação de documentos que tratam de qualificação técnica, como constou.

É necessário especificar quais documentos devem ser apresentados para fins de habilitação e quais devem ser apresentados no momento da assinatura do instrumento contratual.

Verifica-se, também, que as exigências previstas nas letras “c” e “d”, do item III, do Anexo II, do edital, extrapolam o rol taxativo de documentação para fins de habilitação previsto nos artigos 93, 94 e 95 do RILC da SANESUL.

A sessão de abertura da licitação está agendada para o dia 7 de fevereiro de 2022, e em atenção à defesa do interesse público, e diante da iminência da prática de atos que podem prejudicar a competitividade do certame e ocasionar prejuízos ao erário, e, ainda, presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, o deferimento do pedido de concessão de medida cautelar para a suspensão do certame é a medida que se impõe.

Acerca do poder geral de cautela dos Tribunais de Contas, o Supremo Tribunal Federal já assentou que esses possuem legitimidade para expedir medidas cautelares, a fim de prevenir lesão ao erário, ao interesse público, e garantir a efetividade de suas decisões, nos termos do Acórdão prolatado no MS n. 24.510/DF:

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. IMPUGNAÇÃO. COMPETÊNCIA DO TCU. CAUTELARES. CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO. 1- Os participantes de licitação têm direito à fiel observância do procedimento estabelecido na lei e podem impugná-lo administrativa ou judicialmente. Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada. 2- Inexistência de direito líquido e certo. O Tribunal de Contas da União tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação, determinar suspensão cautelar (artigos 4º e 113, § 1º e 2º da Lei nº 8.666/93), examinar editais de licitação publicados e, nos termos do art. 276 do seu Regimento Interno, possui legitimidade para a expedição de medidas cautelares para prevenir lesão ao erário e garantir a efetividade de suas decisões. 3- A decisão encontra-se fundamentada nos documentos acostados aos autos da Representação e na legislação aplicável. 4- Violação ao contraditório e falta de instrução não caracterizadas. Denegada a ordem. (MS 24510-7/DF, Tribunal Pleno, Relator Min. Ellen Gracie, DJ 19/03/2004).

Para a concessão da medida cautelar, faz-se necessária a presença dos requisitos previstos no artigo 56 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, *in verbis*:

Art. 56. O Tribunal pode determinar liminarmente a aplicação de medida cautelar, sem a prévia manifestação do jurisdicionado, sempre que existirem provas suficientes de que ele possa retardar ou dificultar o controle externo, causar dano ao erário ou tornar difícil a sua reparação. (grifei)

Em sendo o provimento cautelar medida de urgência, o STF, no processo supracitado, admitiu a possibilidade da sua concessão *inaudita altera pars*. Ressaltou, inclusive, que tal procedimento não configura ofensa às garantias do contraditório e da ampla defesa, principalmente quando se verifica que o exercício dos referidos direitos, observado o direito processual legal, será exercido em fase processual seguinte.

No mesmo sentido, são requisitos cumulativos do art. 300, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil, aplicados subsidiariamente aos processos de controle externo no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 81, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. (grifei)

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

O artigo 149 do RITC/MS confere competência ao conselheiro-relator quanto ao exercício do Poder-Geral de Cautela, pois permite que seja efetivado até mesmo de ofício:

Art. 149. As medidas cautelares serão aplicadas ou determinadas pelo Conselheiro Relator, incidentalmente, de ofício ou atendendo ao pedido, nas matérias em que se pretender assegurar a efetividade do controle externo, observado o que dispõem os arts. 56 a 58 da LC n.º 160, de 2012.

Assim, em razão da existência de irregularidades no procedimento licitatório Pregão Eletrônico n. 2/2022, que restringem a competitividade no certame, prejudicando a escolha da melhor proposta para a Administração, a aplicação de medida cautelar para a suspensão da licitação busca evitar grandes danos aos cofres públicos.

Ressalto que os efeitos decorrentes da concessão da medida cautelar poderão ser justificadamente suspensos ou revistos a qualquer tempo, bem como serão objeto de análise meritória a ser proferida pelo órgão colegiado desta Corte de Contas, consoante o disposto no art. 149, § 1º, III, c/c o art. 17, VI, “a”, ambos do RITC/MS:

Art. 149.

[...]

§ 1º A medida cautelar poderá ser:

[...]

III - revogada a qualquer tempo.

[...]

Art. 17. Compete ao Tribunal Pleno:

[...]

VI - apreciar, julgar ou deliberar, conforme o caso, sobre:

a) denúncias e representações sobre irregularidades, observadas as prescrições contidas nos arts. 126 a 135, bem como sobre Proposição de Averiguação Prévia, nos termos do art. 136, § 1º;  
[...]

Ante o exposto, pelas razões e argumentos expendidos, com fulcro no art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 77 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, os arts. 56, 57 e 58 da LCE n. 160/2012, e o art. 149 do RITC/MS, **DETERMINO**:

1. a **suspensão** do procedimento licitatório Pregão Eletrônico – Edital n. 2/2022 de responsabilidade da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – SANESUL e a correção do edital de licitação, nos termos da Análise ANA - DFLCP – 46/2022. Advirto que esta suspensão perdurará até que outra decisão seja proferida por esta Corte de Contas;
2. a **comprovação** do cumprimento desta decisão no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a partir da data da intimação, sob pena de multa individual no valor correspondente a 1.000 (mil) UFERMS, nos termos dos arts. 44, I, e 45, I, ambos da LCE n. 160/2012, c/c o art. 149, § 2º, e o art. 210, ambos do RITC/MS.;
3. a **intimação** do diretor-presidente da SANESUL, Sr. Walter Benedito Carneiro Júnior, para que se manifeste, em igual prazo, acerca das irregularidades detectadas pela equipe técnica de fiscalização deste Tribunal.
4. Encaminhe-se junto ao termo de intimação cópia da Análise ANA - DFLCP – 46/2022.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 04 de fevereiro de 2022.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

Relator

**DIRETORIA DAS SESSÕES DOS COLEGIADOS**

**Pauta**

**Tribunal Pleno Presencial**

Republica-se a Pauta publicada no Diário Oficial Eletrônico n.º 3047, de 04 de fevereiro de 2022, pág. 97.

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DO TRIBUNAL PLENO Nº 01 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022 ÀS 9H, OU EM SESSÕES SUBSEQUENTES.**

**CONSELEHIRO WALDIR NEVES BARBOSA**

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/8547/2016

**ASSUNTO:** REVISÃO 2016

**PROTOCOLO:** 1680870

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRAO

**INTERESSADO(S):** GETULIO FURTADO BARBOSA

**ADVOGADO(S):** ANA CAROLINA CARVALHO BUENO, ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00017841/2012 ATOS DE PESSOAL 2012

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/9106/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1907547

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** ANGELA MARIA DE BRITO

**ADVOGADO(S):** JOSÉ FLORÊNCIO DE MELO IRMÃO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/9290/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1915920

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** LEILA CARDOSO MACHADO

**ADVOGADO(S):** NARA MANCUELHO DAUBIAN

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/9377/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1939423

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA

**INTERESSADO(S):** DIOGO ROBALINHO DE QUEIROZ

**ADVOGADO(S):** ANDREY DE MORAES SCAGLIA, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, LUCAS HENRIQUE DOS SANTOS CARDOS,

PATRICIA FEITOSA DE OLIVIERA, PAULO CEZAR GREFF VASQUES

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/9690/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1969876

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO

**INTERESSADO(S):** PAULO CESAR LIMA SILVEIRA

**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI LEITE

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/7720/2019

**ASSUNTO:** REVISÃO 2013

**PROTOCOLO:** 1983297

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI

**INTERESSADO(S):** WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**ADVOGADO(S):** RENATA CRISTINA RIOS SILVA MALHEIROS DO AMARAL

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00014172/2013 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2013

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/7858/2019

**ASSUNTO:** REVISÃO 2015

**PROTOCOLO:** 1984981

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

**INTERESSADO(S):** LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHAES

**ADVOGADO(S):** CRISTIANE CREMM MIRANDA, NAUDIR DE BRITO MIRANDA

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00009497/2015 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2015

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/7244/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1986278  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO NEGRO  
**INTERESSADO(S):** GILSON ANTONIO ROMANO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/9300/2018/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1988253  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ROCHEDO  
**INTERESSADO(S):** FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO JUNIOR  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/9781/2020  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2012  
**PROTOCOLO:** 2054602  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BANDEIRANTES  
**INTERESSADO(S):** FLAVIO ADREANO GOMES  
**ADVOGADO(S):** ALEXANDRE JANOLIO ISIDORO SILVA, VINICIUS MONTEIRO PAIVA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00005788/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012

#### **CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/12540/2019/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2021  
**PROTOCOLO:** 2114918  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAPORÃ  
**INTERESSADO(S):** VANDERLEY BISPO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/23765/2017/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017  
**PROTOCOLO:** 2128475  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTA PORÁ  
**INTERESSADO(S):** FABRICIO DA COSTA CERVIERI  
**ADVOGADO(S):** FABIO LEANDRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/23765/2017/002  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017  
**PROTOCOLO:** 2128477  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTA PORÁ  
**INTERESSADO(S):** PATRICK CARVALHO DERZI  
**ADVOGADO(S):** FABIO LEANDRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/05241/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012  
**PROTOCOLO:** 1628057  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE IGUAATEMI  
**INTERESSADO(S):** JESUS MILANE DE SANTANA  
**ADVOGADO(S):** ANDRÉ PUCCINELLI JÚNIOR, PAULO LOUREIRO PHILBOIS

## CONSELHEIRO JERSON DOMINGOS

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/5858/2013

**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2012

**PROTOCOLO:** 1413108

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROCHEDO

**INTERESSADO(S):** ADÃO PEDRO ARANTES, DILMA CASTRO COSTA, DILMA CASTRO DE MENEZES, ÉLICA LUIZA DE OLIVEIRA, FABIO BARBURA ARANTES, FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO JUNIOR, JOÃO CORDEIRO, VALDIR ALVES RODRIGUES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/9145/2016

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015

**PROTOCOLO:** 1678055

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASILÂNDIA

**INTERESSADO(S):** ANTONIO DE PADUA THIAGO, JORGE JUSTINO DIOGO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/23160/2016

**ASSUNTO:** REVISÃO 2016

**PROTOCOLO:** 1746223

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA

**INTERESSADO(S):** OSCAR LUIZ PEREIRA BRANDÃO

**ADVOGADO(S):** FABIANO GOMES FEITOSA

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00018423/2012 FISCALIZAÇÃO 2010

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/2487/2018

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1890510

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

**INTERESSADO(S):** IDIONE MARIA PERIN, JEFERSON LUIZ TOMAZONI, MARCICLEO DA SILVA OLIVEIRA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/2603/2018

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1890626

**ORGÃO:** SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUARI

**INTERESSADO(S):** EDSON RODRIGUES NOGUEIRA, IDEMAR JONAS DE OLIVEIRA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/19208/2017/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1942072

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE CASSILÂNDIA

**INTERESSADO(S):** WADDYH MOYSÉS NETO

**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI LEITE

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/17328/2017/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017

**PROTOCOLO:** 2117011

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEDRO GOMES

**INTERESSADO(S):** WILLIAM LUIZ FONTOURA

**ADVOGADO(S):** ANDRESSA ALVES GARCIA LOPES, ISADORA GONÇALVES COIMBRA SOUTO DE ARAÚJO FOIZER

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/2087/2019/002  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2021  
**PROTOCOLO:** 2123548  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** ROGERIO MARCIO ALVES SOUTO  
**ADVOGADO(S):** ANDREY DE MORAES SCAGLIA, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, LUCAS HENRIQUE DOS SANTOS CARDOS, MARINA BARBOSA MIRANDA

**CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/7598/2020  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2014  
**PROTOCOLO:** 2045761  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES  
**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA, LUCAS RESENDE PRESTES  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00011856/2014 ATOS DE PESSOAL 2014

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/7602/2020  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 2045767  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES  
**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA, LUCAS RESENDE PRESTES  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00000615/2016 ATOS DE PESSOAL 2016

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/96/2020  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2014  
**PROTOCOLO:** 2014251  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES  
**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00005797/2014 ATOS DE PESSOAL 2014

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/7013/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 2016164  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** LEILA CARDOSO MACHADO  
**ADVOGADO(S):** NARA MANCUELHO DAUBIAN

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/7013/2015/002  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 2013388  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** ILZA MATEUS DE SOUZA, LEILA CARDOSO MACHADO  
**ADVOGADO(S):** CERILLO CASANTA CALEGARO NETO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/2955/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1892860

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE GLÓRIA DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** ARISTEU PEREIRA NANTES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/2110/2018

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1889501

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MARACAJU

**INTERESSADO(S):** ILMA AQUINO DA ROSA, MAURILIO FERREIRA AZAMBUJA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/2406/2018

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1890424

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE NOVA ALVORADA DO SUL

**INTERESSADO(S):** ARLEI SILVA BARBOSA, PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

#### **CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT**

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/04864/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1752845

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/20683/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1957532

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES

**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/20665/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1957562

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/15988/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1984211

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES

**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/16318/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1984212

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES

**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/29905/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 2025838

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA

**INTERESSADO(S):** DIOGO ROBALINHO DE QUEIROZ

**ADVOGADO(S):** JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, LUCAS PEDROSO DAL RI, MARINA BARBOSA MIRANDA

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

**Conselheiro Iran Coelho das Neves  
Presidente**

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 4 de fevereiro de 2022

**Alessandra Ximenes  
Diretoria das Sessões dos Colegiados  
Chefe**

